

Nove varas e um juizado serão instalados em São Luís e Ribamar



O Poder Judiciário vai implantar mais 10 unidades judiciais nas comarcas de São Luís e de São José de Ribamar. Em São Luís, serão implantadas seis varas judiciais cíveis, uma especial do Idoso e de Registros Públicos e um juizado especial. Em Ribamar, serão duas varas criminais.

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, durante visita às novas instalações do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, onde passaram a funcionar 45 varas judiciais, incluindo o 1º Juizado Especial Criminal, que foram transferidas da antiga sede para o anexo, a partir de maio.

As medidas repercutiram favoravelmente entre os magistrados que acompanharam a visita e percorreram dependências do fórum após a mudança das varas para o novo espaço. Convidado especial, o senador João

Alberto de Sousa, disse que “o Maranhão estava necessitando de melhor alojamento para os serviços judiciários. Esse prédio vem colocar a sociedade mais perto da Justiça, dando espaço para os juízes solucionarem os problemas que lhes chegam às mãos”.

Guerreiro Júnior informou a desembargadores, juízes e servidores que o custo total da construção do anexo do fórum – com área construída de 53.139,25 m² e capacidade para 80 unidades jurisdicionais – foi de R\$ 161,3 milhões, incluindo obras de engenharia civil, aquisição de central de ar-condicionado e mobília.

O presidente anunciou, ainda, que a vara de cartas precatórias da capital, hoje com demanda de 6 mil processos em andamento, será transformada em vara cível.

O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, lembrou que o novo

fórum, que era um “sonho” da magistratura, foi concretizado pelos desembargadores Raimundo Cutrim, Jamil Gedeon e Guerreiro Júnior, e pediu a magistrados e servidores zelarem pela durabilidade do imóvel.

Quanto às novas unidades, o corregedor informou que o plano da Corregedoria é que as novas varas cíveis recebam os processos que ingressarem após a instalação e que as existentes solucionem a demanda atual, sem necessidade de redistribuição processual, nem de remoção de magistrados.

A instalação vai ser definida em acordo com os juízes. O presidente Guerreiro Júnior disse que será feita também a licitação para a aquisição de quatro elevadores panorâmicos, que deverão ser instalados no átrio da sede do fórum, com capacidade para 13 pessoas, cada.



Judiciário divulga folha de pagamento na internet

O Judiciário estadual iniciou no dia 17 de julho, na internet, a divulgação nominal da folha de pagamento de pessoal de seus 4.891 servidores, conforme determina a Resolução nº. 151 do CNJ, de 5 de julho. Foi o primeiro dos poderes do Maranhão a atender à Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.157, de

18/11/11), em vigor desde maio, e que permite consulta a dados em detalhes dos órgãos públicos do Brasil. A publicação da folha foi autorizada pelo presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Guerreiro Júnior.

A tabela com rendimentos e descontos mensais de cada magistrado, ocupante de cargo efetivo e comissionado do Judiciário maranhense está disposta por ordem alfabética e pode ser acessada no lado esquerdo da página principal do Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), no link “Transparência – Folha de Pagamento”. Estão publicados os dados individuais de janeiro de 2008 até o corrente ano.

O primeiro item dos rendimentos infor-

ma a remuneração paradigma, resultado da soma do vencimento mensal com adicionais de qualificação, como cursos e treinamentos, pós-graduação, graduação (concluídos por ocupantes de cargos que não exigem nível superior) ou gratificação por atividade judiciária (GAJ), para os que optaram por este benefício.

Também constam os itens de vantagens pessoais (a exemplo de adicional por tempo de serviço e vantagens decorrentes de sentença judicial ou extensão administrativa); subsídio, função ou cargo de comissão; indenizações (como auxílio-saúde e auxílio-alimentação); e vantagens eventuais (abono de 1/3 de férias, férias, substituição, 13º salário ou antecipação e outros).



Guerreiro promove juízes e anuncia concurso para 50 vagas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu 21 juízes de Direito no primeiro semestre – 11 deles por antiguidade e outros 10 por merecimento. O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, desde janeiro assinou 33 atos de posse de magistrados de 1º grau em novas comarcas e varas. Está incluída no levantamento a movimentação de 7 juízes por titularização, 4 que permutaram a comarca de trabalho a pedido, e 1 por nomeação.

Para Guerreiro Júnior, as promoções na magistratura são sempre saudáveis porque trazem nova oxigenação ao Judiciário. “A prática regular desse procedimento desestimula a quietude funcional, tem a aprovação dos usuários dos serviços da Justiça e representa estímulo alentador na carreira, porque oportuniza ascensão a todos. A sociedade pode ter certeza: só é promovido quem cumpriu bem suas funções judicantes”, diz.

Antes de chegar à capital na condição de desembargador, em 1998, o atual presidente para o biênio 2012-2013 serviu em 18 comarcas como juiz.

“A movimentação pelas promoções é salutar para o Judiciário e para o juiz, pois permite renovação para as comarcas e magistrados. É um estímulo aos que começam novo trabalho e forma de levá-los ao ápice da carreira”, comenta o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

FALTAM JUÍZES - Apesar do aspecto positivo das promoções, a magistratura estadual se ressentiu de maior número de juízes para atender as 112 comarcas instaladas e dezenas de varas já criadas, contudo sem previsão de funcionamento. São 269 juízes em atividade no Maranhão, dos quais 236 titularizados, in forma a CGJ.

Só em São Luís – maior comarca do esta-

do – 17 varas aguardam funcionamento pela carência de juízes. A situação é idêntica em Imperatriz, Santa Inês e Vargem Grande.

CONCURSO - Guerreiro Júnior classifica o quadro como preocupante – “foi bem pior”, lembra – e sinaliza parte da solução. Ainda este ano o TJMA abrirá concurso público para preencher 50 vagas de juízes.



Nova câmara do TJMA inicia atividades



O julgamento de processos cíveis no Judiciário maranhense ganha substancial reforço com a instalação da 5ª Câmara Cível.

O órgão começou a funcionar no dia 16 de julho, inicialmente com os desembargadores Graças Duarte (membro efetivo), Marcelo Carvalho (convocado) e Kleber Carvalho.

Com a implantação da nova câmara foi ampliado de 25 para 27 o número de membros da Corte estadual de Justiça. As vagas a serem

preenchidas foram criadas pela Lei Complementar nº. 127/2009.

A instalação da 5ª Câmara Cível foi autorizada em sessão do Pleno, em março. A Lei Complementar nº. 145/12, que criou a nova câmara, foi promulgada no dia 20 de março pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo. Apreciado em regime de urgência, o projeto foi aprovado, por unanimidade

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, considerou a promulgação da lei como fato histórico, por representar a inclusão de mais três membros na Corte maranhense.

“São mais desembargadores que irão ampliar e segurar sobrecarga individual em torno de 1.200 processos anuais”, observou.

FERJ disciplina controle dos depósitos judiciais

Desde o início de julho, o controle e fiscalização dos depósitos judiciais na Justiça Estadual do Maranhão estão sob a responsabilidade do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).

A medida segue orientação do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, com a finalidade de garantir a transparência e o sigilo das operações financeiras e o direito das partes, observando as normas legais.

De acordo com a Resolução nº 13/2001 do TJMA, todos os depósitos judiciais devem ser realizados no Banco do Brasil. Um levantamento feito pela Diretoria do FERJ constatou que muitos recursos estão sendo creditados em diversas instituições bancárias, de nature-

za privada, o que vai de encontro ao Código de Processo Civil e à orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

ANÁLISE - De acordo com a diretora do FERJ, Celerita Soares, os bancos Bradesco, Caixa Econômica Federal, Amazônia e Banco do Nordeste já encaminharam relatórios de contas de depósitos judiciais para análise.

O depósito judicial é determinado por ordem do juiz e resulta da realização de atos processuais como o sequestro (ato pelo qual o juiz manda apreender coisa litigiosa, que será, então, depositada); o arresto (ato judicial em que se apreendem bens do devedor a depósito para garantir o direito do credor ameaçado) e a penhora (ato judicial que manda arrecadar

bens do devedor inadimplente necessários para pagar o credor).

ARRECADAÇÃO – O FERJ registrou aumento de 27% no primeiro semestre de 2012 na arrecadação judicial e extrajudicial de custas e emolumentos, em relação ao mesmo período de 2011.

Nos seis primeiros meses deste ano, o montante arrecadado foi de R\$ 35.772.089,65 contra R\$ 28.116.329,73 em 2011. O valor corresponde a mais de 50% da meta prevista para 2012, que é de R\$ 65 milhões.

Os recursos são provenientes de registros de imóveis, registros civis, averbação, atestado de óbito, casamento, custas judiciais, entre outros.



Julgamentos no TJMA acompanham aumento da demanda processual

A demanda processual no Tribunal de Justiça do Maranhão, no primeiro semestre de 2012, foi superior em cerca de 30% aos meses de janeiro a junho de 2011. De outro lado, aumentou também o montante de processos julgados em aproximadamente 15%, em comparação com os mesmos períodos.

É o que indicam os dados da Divisão de Estatística do Tribunal de Justiça do Maranhão sobre a demanda processual e os julgamentos dos órgãos da Justiça de 2º grau.

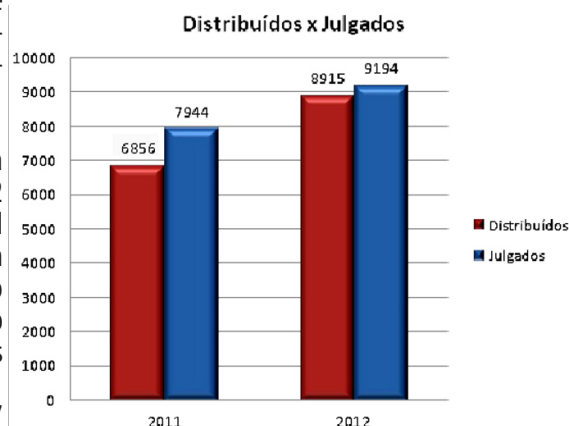
Tanto no primeiro semestre de 2011 quanto no primeiro semestre de 2012, o Tribunal julgou uma quantidade maior que a quantidade de processos distribuídos. O que significa que além dos processos ingressos no período foram julgados também processos de anos anteriores.

De janeiro a junho do ano passado foram distribuídos 6.856 casos novos e julgados 7.944. No mesmo período deste ano, ingressaram 8.915 novas ações judiciais e foram julgadas 9.194. O que significa que além de julgar os processos que entraram os desembargadores também julgaram processos remanescentes de anos anteriores.

DEMANDA - A demanda média na área cível foi de 1.180 processos ao mês em 2012 e se manteve superior ao quantitativo mensal de processos recebidos em 2011, época em que a média era somente 820 processos ao mês. Em comparação com igual período do ano anterior, a demanda de processos cíveis foi superior em cerca de 30%.

Na área criminal, com uma média de 307

processos ao mês, o número recebido mensalmente este ano se aproximou do número de processos recebidos no ano passado, quando a média foi de 323 processos ao mês.



Novos servidores ingressam no Poder Judiciário

Emoção e expectativa marcaram a recepção de 294 novos servidores que passarão a atuar no Judiciário estadual, em 93 comarcas espalhadas pelo interior do Maranhão. Antes de tomar posse, os nomeados fizeram curso de preparação sobre rotinas judiciais.

Palavras de incentivo e instruções aos servidores para que atuem de forma eficiente e proativa foram foco do discurso do corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, que juntamente com o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), desembargador Marcelo Carvalho Silva, e da diretora-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sumaya Heluy, (representando, na ocasião, o presidente da corte estadual), quebraram protocolo e falaram diretamente, a cada servidor, do papel fundamental de cada um na efetivação de um Judiciário plenamente renovado.

Na ocasião, o diretor da ESMAM também confirmou a preocupação do Judiciário maranhense em investir na qualificação dos seus quadros, anunciando convênio com a escola de governo do Estado, para oferecimento de



900 vagas para cursos, que serão oferecidos em uma unidade móvel que vai percorrer as comarcas do interior do Maranhão, indo ao encontro do servidor.

Os servidores que participaram da ambientação são os aprovados em concurso público, cujas nomeações foram publicadas no Diário de Justiça, de 2 de julho de 2012.

Núcleo de Jornalismo:

Andréa Colins, Danielle Calvet, Helena Barbosa, Irma Helenn Souza, Joelma Nascimento, Juliana Mendes, Paulo Lafene e Orquídea Santos

Assessor-Chefe de Comunicação:

Reinaldo Barros

Diagramação:

Carla Duque e Tiago Erre

Chefe de Reportagem:

Antonio Carlos de Oliveira

Edição:

Irma Helenn Souza

Fotos:

Ribamar Pinheiro